



Além do aumento na tarifa, moradores da cidade também reclamam sobre qualidade da água e falta de abastecimento adequado

Por Ana Luiza Rossi

Ainda no topo de reclamações sobre serviços de abastecimento prestados na região, mais uma vez o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa (Saae-BM) é alvo de críticas de moradores. Isso porque a concessionária aplicou novos reajustes tarifários em dois meses seguidos - em março e abril - que, por decreto federal, só poderia ser feito apenas uma vez ao ano. Os reajustes provocaram um aumento de 13,7% nas contas de água.

A primeira alteração foi publicada em 6 de março, no Boletim Oficial nº 1510. No documento, por meio da Resolução nº002/2026, foi confirmado que o Conselho Deliberativo do Saae-BM autorizou o aumento no percentual de 9,73%. Na mesma resolução, aliás, o artigo destaca que fica definido o período de 12 meses para o próximo realinhamento tarifário com base no artigo 50 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

No entanto, em pouco menos de um mês, um novo reajuste foi publicado no B.O. nº 1514. A Resolução Nº 004/2026 mostra que novamente o conselho autorizou um realinhamento tarifário de 3,97%. A justificativa teria sido a necessidade de adequar a tarifa atualmente praticada à realidade dos custos e também o reequilíbrio financeiro das tarifas.

A Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Barra Mansa (Aciap-BM), que também faz parte do conselho, afirmou ao Correio Sul Fluminense que a votação foi de sete votos favoráveis e três contrários - sendo a entidade, uma das que votaram contra o novo reajuste.

Há anos que a entidade mantém o posicionamento contrário a aumentos reais, defendendo ape-

Após dois reajustes, água de Barra Mansa sobe +13,7%

Aumento foi aplicado em março e abril, mas decreto autoriza apenas um por ano

Reprodução/Redes Sociais



Presidente da Aciap-BM explica que entidade votou contra reajuste tarifário

nas a aplicação de reajustes anuais com base em índices inflacionários. Entre as medidas sugeridas, estaria a substituição do índice atualmente utilizado pelo IPCA, por entender que este reflete de forma mais adequada a realidade econômica.

- Proposta que, até o momento, não foi acolhida pelo Con-

selho - afirmou a presidente da Aciap-BM, Fernanda Moysés, que ainda completou: "Como representante do comércio e da indústria, a Aciap BM se manifesta contra os aumentos considerados excessivos na tarifa de água em Barra Mansa, que já figura entre as mais elevadas do Sul Fluminense".

Outras reclamações

Outra questão apontada há anos além do valor - colocado, aliás, como abusivo - é quanto a falta de tratamento. "Eu desejo uma explicação do Saae de Barra Mansa sobre o aumento abusivo e absurdo da água e esgoto. A água não é boa e nem o tratamento, porque sai

sujo, amarelado. Minha conta chega a quase R\$100 reais. Algo está errado", apontou uma moradora.

Outra questão é sobre as frequentes interrupções de água nas residências e vazamentos. Na última quinta-feira (07), a Associação de Moradores do bairro Roselândia esteve reunida com o Coordenador de Água e Esgoto, Ralph Douglas Romanelli, para tratar sobre a ineficiência do SAAE para tratar sobre um vazamento de água. "A equipe não resolveu o problema e mesmo assim, deram baixa na Ordem de Serviço. Continuaremos por nossa conta a realizar algumas limpezas como de servidões e de pequenos trechos", afirmou.

Outro morador, do bairro Rialto, também contou que em meados de março para o mês de abril precisou recorrer a uma mina d'água para realizar atividades rotineiras como tomar banho, preparar a comida e lavar as louças. "Foram mais de duas semanas sem água em um bairro com crianças e idosos", pontuou.

O que diz a prefeitura

Procurada para entender sobre o porquê foi autorizado o reajuste tarifário em dois meses seguidos, a prefeitura de Barra Mansa, por meio de sua assessoria de imprensa, respondeu que:

- O Saae informa que se trata de reajuste anual das tarifas de água e coleta de esgoto, com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do serviço, com base na Lei nº 11.445/2007. As medidas foram aprovadas pelo Conselho competente, com suporte em cálculos técnicos e justificativas constantes na respectiva resolução, tendo como parâmetros principalmente a variação de custos com energia elétrica - concluiu.